

A Dívida Pública de São Tomé e Príncipe

Ectivaldo Santa Rosa, LRI/MRI-EPI

Infelizmente as instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) têm continuado a cometer os mesmos erros desde da sua criação. Estas instituições internacionais continuam a insistir numa abordagem que foca somente na performance macroeconómica dos países a que as mesmas prestam assistência financeira e técnica. Quando deveriam focar também nas questões microeconómicas dos países em questão. Torna-se vital a importância de esclarecer que a dívida pública de STP é *velha e cansada*. Tendo sido em algumas ocasiões perdoada por alguns países de forma unilateral e também pelo FMI e pelo BM de forma multilateral, a dívida continua a ser um problema do país no seu todo. No entanto, uma questão que se torna pertinente a levantar: *qual é a real razão que esta base no aumento sistemático da dívida pública são-tomense?* Neste sentido temos que em primeiro lugar, apontar a questão dos endividamentos dos consecutivos governos desde a independência do país em 1975¹ para o financiamento do Orçamento Geral do Estado (OGE) a partir daí até os dias de hoje.

Do ponto de vista financeiro e económico o OGE é um programa de despesas públicas ou investimentos públicos, feito ao poder discricionário do governo com base nas prioridades do país num dado período de tempo. Sendo também verdade que medidas como aumento ou diminuição de certos tipos de impostos também podem constar no OGE. *Qual é o problema do endividamento do Estado para o financiamento do OGE?* Esta na verdade constitui, ao nosso ver, a questão de fundo que está na base do aumento em

¹ A 12 de Julho de 1975, sob a esclarecida direção do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), o Povo São-tomense alcançou a sua Independência Nacional e proclamou perante a África e a Humanidade inteira a República Democrática de São Tomé e Príncipe. Cfr. Preambulo da Constituição da República Democrática de Tomé e Príncipe de 1975.

espiral da dívida pública. Dívida essa que é maioritariamente externa com instituições e credores internacionais. Uma coisa, é o Estado pedir emprestado para pagar salários, outra coisa é pedir emprestado para comprar mais tratores para uma cooperativa agrícola expandir as terras cultivadas. Claro que só é possível estarmos na segunda situação se o pagamento dos salários não é um problema nas finanças públicas. *Se os constantes endividamentos do Estado fossem para financiar projetos ou criar investimentos que gerassem rendimentos para os cofres do Estado, estima-se que pelo menos os problemas dos juros da dívida estariam resolvidos.*

Porque relativamente a dívida em si, a mesma é stock. Se atacarmos a premissa variável e estática já se torna mais flexível. Não sendo isso possível, o serviço da dívida torna-se duro, o que escraviza a nação, estrangula o cofre do Estado, que por “default” está sempre desprovido de fundos necessários face as despesas e necessidades reais do Estado. Os consecutivos investimentos em educação, sistema de saúde ou mesmo em infraestruturas têm o seguinte problema: *quer diretamente como a curto e médio prazo, são investimentos que não geram fluxos financeiros, ou seja não acrescentam nada para o cofre do Estado.* A longo prazo, é indiscutível o efeito positivo destes investimentos na economia do país e para as receitas do Estado. Note-se, a este propósito, entretanto que dizia já o renomado economista britânico *Jonh Maynard Keynes*, “*á longo prazo, estamos todos mortos*”. O problema tem que ser resolvido a curto e médio prazo e só assim garantiremos a sustentabilidade de dívida. Mas presumo que estejamos profundamente mergulhados em níveis insustentáveis da dívida pública.

A título de exemplo, na legislatura em exercício as autoridades são-tomenses conseguiram um empréstimo junto a um parceiro internacional que se destinava simplesmente a reabilitação e o apetrechamento do maior centro hospitalar do local (leia-se, Centro Hospitalar Dr. Aires de Menezes). Uma

injeção de uma quantidade elevada de dinheiro na reabilitação e requalificação do hospital, como a apresentada, embora seja à primeira vista bem aplicado, não se traduz economicamente falando, numa escolha inteligente nem reconhecidamente racional, pelo menos de investimento público. Pois, esse empréstimo sendo assim aplicado não se espera que venha gerar riqueza, pelo menos de forma direta, para a economia são-tomense ao curto e médio prazo. Outro sim, muitas vezes o dinheiro, em si mesmo (leia-se em termos materiais) nos cofres do Estado entram e, quando muito, quando entra rapidamente volta a sair em virtude das despesas necessárias.

No atual estágio de desenvolvimento do país, estes investimentos na educação, sistema de saúde e infraestruturas continuarão a fazer-se sentir a longo prazo, pelo menos até que o país consiga revolve-los ou minimiza-los, por si mesmo. Na eventualidade de isso acontecer, uma mudança de estratégia será imperativa na gestão do endividamento público.

Entendemos, contudo, que esta nova estratégia deverá ser uma abordagem economicista e puramente capitalista, onde se envidará para investir e gerar rendimentos que visem rebater a dívida, e caso houver lucro e, partilhamos do entendimento de que assim será bastando para isso que haja uma gestão prudente e democrática. O governo, ao serviço da nação, nesta altura terá de ser o chamado *homem racional prudente e criterioso e visionário, em suma, um verdadeiro gestor*. Estes lucros deverão ser novamente investidos em capital produtivo do país ou na execução eficiente e sistemática de investimentos para o melhoramento do sistema de saúde, a educação, para a expansão e o melhoramento da infraestrutura nacional. Sendo que basilar se torna acrescentar que a infraestrutura se posiciona, sem duvidas, como um dos pilares centrais do crescimento económico.

Qualquer governo, que tenha a sua frente homens sensatos e de pensamento moderno sabe que: a inflação, a dívida pública, as reservas do

banco central, como se diz em São Tomé e Príncipe são “Pedra Angular”. Sem que haja um entendimento cabal e firme sobre a importância de que gozam tais alicerces é basicamente impossível gerar um ambiente macroeconómico capaz de atrair investimento internacional quer público ou privado, bem assim como estimular o investimento privado interno. Embora não se seja facilmente identificável, há uma forte correlação entre aos indicadores macroeconómicos e os microeconómicos. Pense-se por exemplo, o problema da inflação na nossa economia. Milagrosamente, e é de saudar o grande esforço do atual executivo no controlo da inflação, hoje andamos na casa dos 6,5%. Comparativamente com as décadas passadas (taxas de inflação de 8%-10%) hoje a economia são-tomense está em melhores lençóis.

O fundamento da economia capitalista é a confiança e expectativa do *homo economicus*. Taxas de inflação sistematicamente elevadas não são atrativas para o investimento quer nacional como vindos de além-fronteira. Isto assim é em virtude de, como sabe-se e bem, a relação entre a taxa de inflação e a taxa de retorno do investimento é proporcionalmente inversa. Apraz-nos, como nota final, deixar a seguinte recomendação, qual seja, se o Estado são-tomense quer realmente atrair investidores, deverá criar um bom e satisfatório ambiente macroeconómico, onde no caso da inflação com 10,000.00 DBS é possível comprar 1kg de arroz hoje, amanhã e depois de amanhã.